EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA ESCOLAR

Kaio Gomes de Oliveira[1]
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Pau dos Ferros/RN, Brasil
kaio20230034393@alu.uern.br

Noemia Camila Silva Cabral[2]
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Pau dos Ferros/RN, Brasil
noemiacamil123@gmail.com

Profa. Dra. Simone Cabral Marinho dos Santos[3]
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Pau dos Ferros/RN, Brasil
Simone.cms@hotmail.com

RESUMO: o presente artigo discute a Educação do Campo enquanto direito à escolarização, com foco nos desafios relacionados ao acesso e à permanência escolar das populações rurais. A pesquisa parte da compreensão de que, embora a legislação brasileira reconheça a educação como direito de todos, ainda persistem desigualdades significativas entre os contextos urbano e rural. O estudo tem como objetivo analisar os principais fatores que interferem no acesso à escola e na permanência dos estudantes do campo no sistema educacional, bem como refletir sobre os impactos do fechamento das escolas rurais nesse processo. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores que discutem a Educação do Campo e as políticas educacionais voltadas às populações rurais. Além disso, foram coletados dados por meio da aplicação de questionários com estudantes residentes em áreas rurais, buscando compreender suas percepções acerca das dificuldades enfrentadas no percurso escolar. Os resultados evidenciam que fatores como longas distâncias até a escola, dependência do transporte escolar, precariedade das estradas e fechamento de escolas nas comunidades rurais dificultam o acesso e contribuem para a evasão escolar. Conclui-se que a valorização dos saberes do campo, a contextualização do currículo e o fortalecimento das políticas públicas são fundamentais para garantir uma educação de qualidade e promover a permanência escolar nas comunidades rurais.

Palavras-Chave: Analfabetismo. Movimentos Sociais. Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação ocupa lugar central entre os direitos fundamentais no Brasil, sendo reconhecida como condição indispensável para a promoção da dignidade humana e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade.

Nessa perspectiva, A educação vai além de uma simples ferramenta, ela se configura como um processo formativo que possibilita o desenvolvimento humano, a construção de conhecimentos e a formação de sujeitos críticos e participativos. Assim, garantir o acesso e a permanência dos sujeitos na escola é uma condição essencial para a efetivação desse direito e para a promoção de processos educativos capazes de contribuir para a transformação social.

Nesse contexto, ao tratar da garantia do direito à educação para todos, é necessário considerar a realidade das populações do campo. No âmbito das políticas educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB. Lei nº 9.394/1996) identifica a necessidade de considerar as especificidades das pessoas que habitam às comunidades rurais, estabelecendo formas de organização escolar que atendam às condições sociais, culturais e econômicas das comunidades, o que justifica o reconhecimento da Educação do Campo como uma modalidade educacional integrada a educação básica voltada para assegurar o direito à escolarização para os povos que residem na zona rural.

A construção dessa perspectiva educacional está diretamente ligada às lutas históricas protagonizadas pelos movimentos sociais do campo, que passaram a reivindicar políticas públicas capazes de garantir uma educação que dialogasse com a realidade das comunidades. Nesse sentido, defende-se uma educação “no e do campo”, compreendida como o direito dos indivíduos de serem educados no lugar onde vivem e, ao mesmo tempo, de participarem da construção de uma educação que considere suas experiências, culturas e necessidades sociais (Caldart, 2004). Dessa forma, a escola do campo assume um papel fundamental na valorização das identidades e dos saberes presentes nas comunidades rurais.

Desse modo, os movimentos sociais desempenharam um papel decisivo na construção e no fortalecimento das políticas voltadas para a Educação do Campo, contribuindo para que essa pauta fosse reconhecida como um direito e como uma política pública necessária para a população do campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2004). Nessa perspectiva, a Educação do Campo determina um compromisso com a vida, com a luta social e com a efetivação do direito

e das condições dignas de existência para as comunidades rurais, compreendendo a escola como um espaço formativo que contribui para a reflexão crítica da realidade e para a transformação social (Arroyo; Caldart; Molina, 2004).

Entretanto, apesar dos avanços legais relacionados ao reconhecimento da Educação do Campo, a realidade educacional das áreas rurais brasileiras ainda apresenta diversos desafios para a efetivação desse direito. Nas últimas décadas, tem-se observado o fechamento de inúmeras escolas localizadas no campo, processo frequentemente justificado por políticas de reorganização administrativa ou pela redução no número de matrículas. Como consequência, muitos estudantes passam a se deslocar diariamente para escolas situadas em centros urbanos, o que pode dificultar o acesso e a permanência na escola, além de contribuir para o aumento dos índices de analfabetismo ajuda na propagação das desigualdades educacionais entre os contextos rural e urbano.

Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre os desafios e as possibilidades relacionados à garantia do direito à educação para os sujeitos do campo. Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir a Educação do Campo enquanto direito à escolarização, analisando os principais desafios que interferem no acesso e na permanência escolar das populações rurais, bem como as implicações do fechamento das escolas do campo nesse processo.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tratam da Educação do Campo e das políticas educacionais voltadas às populações rurais. Além disso, realizou-se a coleta de dados por meio da aplicação de questões direcionadas a estudantes do campo, com o intuito de compreender suas percepções e experiências em relação ao acesso e à permanência na escola. Essa etapa possibilitou aproximar a discussão teórica da realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no contexto da Educação do Campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A discussão sobre a Educação do Campo está diretamente relacionada à luta histórica das comunidades rurais pelo reconhecimento de seus direitos, entre eles o direito à educação. No Brasil, embora documentos como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB. Lei nº 9.394/1996) assegurem a educação como direito de todos, a concretização desse direito ainda demanda da efetivação de políticas públicas que

assegurem as especificidades e as condições de vida da população rural, garantindo a construção de uma educação que esteja vinculada a realidade desses povos (Caldart, 2002).

> A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos (Molina, 2004, P. 12).

A Educação do Campo dialoga com a teoria pedagógica a partir da realidade vivenciada pelas populações do campo, considerando principalmente o contexto social, cultural e econômico em que esses sujeitos estão inseridos. Dessa forma, a construção das práticas educativas parte das experiências, necessidades e modos de vida das pessoas que vivem no meio rural. Conforme destaca (Molina, 2004), a Educação do Campo não se destina apenas às crianças, mas abrange todos os sujeitos que residem na zona rural e que possuem o direito à educação. Nesse âmbito, as comunidades rurais passam a assumir um papel de protagonismo nesse processo, contribuindo diretamente para a construção e organização da educação no campo, valorizando sua cultura, seus saberes e fortalecendo a formação humana e social dos sujeitos.

É notória a influência das lutas coletivas do campo no fortalecimento dos saberes locais e na valorização cultural das comunidades rurais. Essas mobilizações têm contribuído significativamente para ampliar o debate em torno do direito à educação, defendendo uma proposta formativa que reconheça os sujeitos do campo, seus modos de vida, suas identidades e a relação que estabelecem com o território. Dessa forma, a educação passa a ser compreendida para além do espaço escolar, articulando-se a processos mais amplos de socialização, pertencimento e valorização das práticas culturais que constituem a vida no campo. Nesse sentido, afirma-se que:

> Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar (Arroyo, 2007, p. 163)

A permanência dos movimentos socias contribuem de forma significativa para discussões sobre educação. Com isso (Caldart, 2001) aponta que a educação deve ser compreendida como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na construção de um projeto educativo que se oponha aos processos de exclusão social, contribuindo para a reconstrução de

uma perspectiva histórica e para a consolidação de uma utopia coletiva voltada à construção de uma sociedade mais justa, com trabalho e oportunidades para todos (Caldart, 2001, p. 209).

Além disso, a consolidação da Educação do Campo está profundamente ligada às ações e reivindicações dos movimentos sociais do campo, que historicamente têm lutado por melhores condições de vida, acesso e garantia de direitos sociais básicos, entre eles a educação. Movimentos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e organizações populares passaram a denunciar as desigualdades vivenciadas pelas populações rurais e a reivindicar uma proposta educativa que respeitasse suas especificidades sociais, culturais e territoriais.

Nesse contexto, a educação deixa de ser pensada apenas como um modelo escolar urbano transferido para o meio rural e passa a ser construída a partir das necessidades, da cultura e da realidade dos sujeitos do campo, fortalecendo uma perspectiva educativa comprometida com a transformação social e com a valorização das identidades, perspectiva defendida por Caldart (2004), ao destacar que a Educação do Campo emerge das lutas sociais dos trabalhadores do campo por reconhecimento e direitos.

Nesse sentido, a Educação do Campo configura-se como um projeto político e pedagógico que busca superar as desigualdades históricas enfrentadas pelas populações rurais, promovendo uma formação que articule conhecimento, cultura, trabalho e território.

Tal perspectiva reconhece que os sujeitos do campo são produtores de saberes e protagonistas de suas próprias histórias, sendo fundamental que a escola dialogue com esses conhecimentos e contribua para o fortalecimento das comunidades rurais. Assim, ao integrar os princípios defendidos pelos movimentos sociais, a Educação do Campo reafirma seu compromisso com uma educação emancipadora, capaz de contribuir para a construção de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade (ARROYO, 2007).

Diante disso, compreende-se que a Educação do Campo se constitui como resultado das lutas históricas das populações rurais pelo reconhecimento de seus direitos e pela construção de uma educação que dialogue com sua realidade. Nesse processo, os movimentos sociais e as comunidades do campo assumem papel fundamental na valorização dos saberes locais, da cultura e das identidades desses sujeitos. Assim, fortalecer a Educação do Campo significa reafirmar o direito à educação de forma contextualizada, contribuindo para a formação humana, social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

DESAFIOS PARA O ACESSO E A PERMANÊNCIA ESCOLAR NAS ESCOLAS DO CAMPO

O acesso às escolas do campo é marcado pela luta entre o direito constitucional ao ensino e o abandono geográfico e político. Diferentemente das instituições nos centros urbanos, a população rural enfrenta desafios que vão desde o desrespeito a sua identidade cultural até a precariedade do alcance à educação.

> Este ideário está intimamente relacionado ao descaso do poder público em não proporcionar condições de vida dignas para a população do campo, ou seja, condições de moradia, saúde educação, entre outros. Na realidade, a vida do homem no campo é marcada por uma profunda negação de direitos, no processo que não é viabilizar o poder decisório aos indivíduos para as quais a educação se destina (Lyra, 1996, p. 8).

Em razão disso, este cenário torna-se ainda mais preocupante com relação ao fechamento das escolas do campo, realidade que se intensifica cada vez mais em diversas regiões do país. Conforme (Lyra, 1996) existe uma “força de barra" advindo do governo, que cria as leis de investimento e remunerações, mas não garante integralmente (a ampliação dos recursos) a população.

Portanto, muitas instituições escolares localizadas em áreas rurais acabam sendo fechadas sob justificativa econômica ou administrativa, comprometendo o acesso à educação, fazendo com que crianças e jovens se desloquem para escolas distantes, muitas vezes em áreas urbanas. Desse modo, essa situação acaba contribuindo para o aumento da evasão escolar, pois muitos estudantes enfrentam dificuldades com relação ao transporte, ao tempo de deslocamento, a realidade socioeconômica de suas famílias e também aos períodos chuvosos na região, que se torna um desafio para assiduidade nas aulas.

> A educação brasileira, historicamente elitizada, foi e ainda é marcada pelos altos índices de analfabetismo, repetência e evasão, o que confirma a grande parcela de excluídos, os que estão à margem do processo de escolarização, visto, ainda, que os atingidos em sua maioria são os sujeitos das camadas populares. Ao considerar estes fatores, pode-se afirmar que com a Educação do Campo não foi diferente. Os sujeitos do campo, quando tinham acesso à escola, esta era apresentada nos mesmos moldes das localizadas nos espaços urbanos, sem considerar o contexto, a cultura e os saberes desses povos (Silva e Ortiz, 2013, p.2).

Para compreendermos melhor essas dificuldades, aplicamos um questionário com 3 alunos da zona rural para identificar os principais desafios vivenciados por esses estudantes no acesso à permanência na escola, bem como compreender como essas condições influenciam em sua trajetória educacional. Assim, uma das questões apresentadas aos estudantes foi: ‘‘De que forma o fechamento das escolas rurais afeta o acesso das crianças e jovens à educação?’’ Essa

pergunta teve como objetivo compreender a percepção dos alunos sobre os impactos do fechamento dessas instituições em suas rotinas escolares e no acesso ao ensino. Dessa maneira, obtivemos as seguintes respostas:

> Aluno número1: O fechamento das escolas rurais aumentou a distância até a escola, dificultou o transporte e pode levar à evasão escolar, prejudicando o acesso e a permanência dos estudantes na educação (trecho retirado do questionário aplicado).

Já outro aluno, residente da zona rural, respondeu da seguinte forma:

> Aluno 2:O fechamento das escolas do campo dificulta o acesso à educação, pois obriga os estudantes a se deslocarem para locais mais distantes, muitas vezes enfrentando longos trajetos e condições precárias de transporte. Isso pode causar cansaço, desmotivação e até evasão escolar. Além disso, enfraquece o vínculo da escola com a comunidade local (trecho retirado do questionário aplicado).

Por fim, outro estudante, respondeu como apresentado a seguir:

> Aluno 2: O fechamento das escolas no campo dificulta o acesso das crianças e jovens à educação, pois muitos passam a precisar se deslocar para escolas na zona urbana, enfrentando longas distâncias, cansaço e em alguns casos até a falta de transporte adequado, e dessa forma pode causar desmotivação, aumento da evasão escolar além de prejudicar o aprendizado e de afastar os estudantes de sua própria realidade e comunidade (trecho retirado do questionário aplicado).

De modo geral a partir do questionário respondido por estudantes da zona rural, mostrou que o fechamento das escolas do campo tem gerado desafios para a permanência dos estudantes no que diz respeito ao acesso à educação. Observou-se também que essa dificuldade compromete a qualidade do ensino e a relação dos alunos com seu contexto social, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam condições de ofertar educação de qualidade nas zonas rurais.

Diante deste cenário, um dos fatores citados também pelos respondentes do questionário é a dependência extrema do transporte escolar. Com o fechamento das unidades locais, o direito à educação passa a ser mediado pela disponibilidade e qualidade das frotas municipais ou estaduais. Muitas vezes, os estudantes enfrentam trajetos precários em estradas de difícil acesso, o que transforma o percurso diário em uma barreira física. Quando o transporte falha por

problemas mecânicos ou condições climáticas, o aluno perde o dia letivo, fragmentando seu processo de aprendizagem e aprofundando o isolamento educacional.

> Aluno 3:Acredito que algumas das principais estratégias que as escolas poderiam adotar estão ligadas à valorização dos saberes que os alunos do campo possuem. Logo, creio que promover atividades contextualizadas com o cotidiano dos estudantes e o fortalecimento do vínculo entre a escola, a família e as comunidades as quais esses estudantes estão inseridos seriam estratégias totalmente pertinentes (trecho retirado do questionário aplicado).

Essa realidade escancara as desigualdades históricas entre a educação do campo e a urbana. Enquanto nos centros urbanos a infraestrutura e a proximidade das escolas facilitam o acesso, no campo a educação é frequentemente tratada como um serviço de "segunda classe". A padronização de currículos que ignoram a identidade camponesa e a falta de investimentos em tecnologias e materiais didáticos específicos criam um abismo pedagógico, onde o aluno rural é forçado a se adaptar a uma lógica urbana que nem sempre dialoga com sua realidade produtiva e cultural.

ESTRATÉGIAS PARA O FORTALECIMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO NO CAMPO

Uma das principais estratégias é a valorização da identidade e da cultura do campo dentro do processo educativo. Isso significa construir um currículo contextualizado, que dialogue com o cotidiano dos alunos, abordando temas como agricultura familiar, sustentabilidade, meio ambiente e saberes tradicionais. Dessa forma, a escola se torna mais significativa e contribui para a permanência dos estudantes, evitando a evasão escolar.

Desse modo, os dados obtidos por meio do questionário revelam percepções importantes sobre a escolarização no campo. Nossos entrevistados destacam, em primeiro lugar, que a escola do campo precisa estar mais conectada com a realidade dos estudantes. Para eles, quando o ensino considera o cotidiano do campo, os alunos se sentem mais motivados e valorizados, o que contribui diretamente para a aprendizagem e para a permanência na escola.

> Aluno 1: Acredito que algumas das principais estratégias que as escolas poderiam adotar estão ligadas à valorização dos saberes que os alunos do campo possuem. Logo, creio que promover atividades contextualizadas com o cotidiano dos estudantes e o fortalecimento do vínculo entre a escola, a família e as comunidades às quais esses estudantes estão inseridos seriam estratégias totalmente pertinentes (trecho retirado do questionário aplicado).

> Aluno 2: A escola poderia criar estratégias mais próximas da realidade desses estudantes, como adaptar o ensino ao contexto do campo, valorizar a cultura local e oferecer atividades que façam sentido para a vida deles. Porque um aluno deveria responder uma atividade de geografia só sobre a área urbana? Sendo que ele não vive lá? Além disso, garantir transporte de qualidade, merenda adequada e até projetos que envolvam a comunidade podem ajudar muito (trecho retirado do questionário aplicado).

Por fim, podemos concluir que as respostas obtidas através do questionário reforçam a ideia de que a escolarização no campo precisa ser pensada a partir da realidade dos próprios estudantes. Os depoimentos mostram que não basta apenas garantir o acesso à escola, é fundamental que o ensino seja significativo, contextualizado e conectado com o cotidiano rural. Os participantes da pesquisa destacam, sobretudo, a importância de valorizar os saberes do campo, adaptar os conteúdos à vivência dos alunos e fortalecer a relação entre escola, família e comunidade. Esses elementos aparecem como centrais para promover maior interesse, participação e permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Portanto, a escolarização no campo deve ser compreendida como um direito fundamental que precisa ser garantido com qualidade, respeito e equidade. Mais do que ampliar o acesso à escola, é necessário assegurar um ensino que valorize a identidade, a cultura e os saberes das populações rurais. Assim, por meio de práticas pedagógicas contextualizadas, investimentos adequados e da participação ativa da comunidade, torna-se possível transformar a educação no campo em um instrumento de inclusão social e desenvolvimento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, reafirma-se que para uma educação do campo de qualidade depende do compromisso coletivo entre o poder público, educadores e comunidade escolar, no sentido de atender as pessoas desse contexto. Assim, a escuta ativa dos estudantes e de suas famílias deve ser valorizada para a construção de práticas educativas mais inclusivas e significativas. Com isso, será possível construir uma educação que promova o aprendizado e contribua para a valorização do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisa a Educação do Campo enquanto direito à escolarização, com foco nos desafios relacionados ao acesso e à permanência escolar das populações rurais, bem como nas consequências do fechamento das escolas do campo. A pesquisa evidencia que, embora existam avanços legais que reconhecem a educação como direito de todos, ainda persistem desigualdades significativas entre os contextos rural e urbano.

Os resultados indicam que o fechamento das escolas do campo amplia a distância entre os estudantes e as instituições de ensino, aumenta a dependência do transporte escolar e

contribui para dificuldades de acesso, cansaço, desmotivação e evasão escolar. As respostas dos estudantes também demonstram que essas condições interferem diretamente na permanência na escola e no processo de aprendizagem, além de enfraquecerem o vínculo entre a escola e a comunidade rural.

Os dados revelam ainda que a valorização dos saberes do campo, a contextualização do currículo e o fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade se apresentam como estratégias importantes para promover uma educação mais significativa para os estudantes do meio rural. Essas ações contribuem para aumentar o interesse, a participação e a permanência dos alunos na escola.

Diante disso, torna-se necessário ampliar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, garantir melhores condições de acesso, fortalecer as escolas localizadas nas comunidades rurais e promover práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade e a cultura dos sujeitos do campo. Essas medidas contribuem para a efetivação do direito à educação e para a redução das desigualdades educacionais entre o campo e a cidade.

BIBLIOGRÁFIA

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo.** Vozes. Petrópolis/RJ, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos Cedes**. Campinas/SP, 2007.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988.** Senado Federal. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação. Brasília/DF, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra.** Expressão Popular. São Paulo/SP, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo.** Vozes. Petrópolis/DF, 2004.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação.** Cortez/Instituto Paulo Freire. São Paulo/SP, 1996.

SILVA, Maria. ORTIZ, Neiva. A Educação do Campo no Contexto Histórico: Algumas Considerações. **Seminário regional de Santa Maria (SIFEDOC)**, 1ª ed., v. 1, n. 1. Santa Maria/CE, 2013.